

Transparência e do Controle

Date : 21-10-2016

Apresentação

Vitória da Conquista é o único município baiano a possuir uma Secretaria da Transparência e do Controle. Criado em 2009, o órgão tem as seguintes atribuições:

- Elaborar e acompanhar a execução de projetos;
- Manter uma interlocução com conselhos, Poder Legislativo, movimentos sociais e sociedade civil;
- Prestar contas das ações da Prefeitura Municipal de forma permanente;
- Atualizar o Portal da Transparência Municipal;
- Promover a implantação do Sistema de Controle Interno Integrado Municipal.

Endereço: Praça Joaquim Correia, 55, Centro, CEP 45040-901

Telefones: (77) 3424-8947

Horários de atendimento: das 8h às 12h e 14h às 18h

Secretário

Mateus Novais



Mateus Novais é natural de Jequié, jornalista, ex-estudante do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), com experiência em veículos de imprensa, como Rádio Clube de Conquista, Blog da Resenha Geral e TV Aratu/SBT, além de assessoria de imprensa/política na região Sudoeste. Desde 2017, faz parte da Administração Municipal, onde já atuou como coordenador de Juventude, coordenador de Comunicação, secretário de Comunicação e assessor especial do Gabinete Civil.

Setores

- [Assessoria de Gabinete](#)
- [Coordenação de Eficiência de Programas e Projetos](#)
- [Coordenação de Controle e Auditoria](#)

Portal da Transparência

Acesse o [Portal da Transparência](#) e acompanhe as prestações de contas do município.

Legislação

[Lei nº. 1623/2009, de 16 de junho de 2009](#): Altera a Lei nº. 1270/2004 para criar a Secretaria Municipal da Transparência e do Controle e dá outras providências.

[Lei Complementar nº 2.064, de 15 de dezembro de 2015](#): Dispõe sobre os procedimentos de acesso à informação no âmbito do Município de Vitória da Conquista e dá outras providências.

[Decreto nº. 18.128, de 05 de setembro de 2017](#): Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 2.064/2015 que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.

[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#): Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

[Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009](#): Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

[Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 - Lei Capiberibe](#): Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#): Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

[Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#): Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º,

no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

[Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011](#): *Determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências.*

[Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010](#): *Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.*

[Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007](#): *Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.*

[Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005](#): *Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet.*

[Portaria Interministerial nº 233, de 25 de maio de 2012](#): *Disciplina, no âmbito do Poder Executivo Federal, o modo de divulgação da remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa.*

[Portaria nº 548, de 22 novembro de 2010](#): *Estabelece os requisitos mínimos de segurança e contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, adicionais aos previstos no Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010.*

[Portaria nº 516, de 15 de março de 2010](#): *Institui o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e dá outras providências.*

[Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006](#): *Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores - internet, e dá outras providências.*

Telefones

Recepção/secretária – (77) 3424-8947

Assessoria do Gabinete – (77) 3424-8577

Coord. de Controle e Auditoria – (77) 3424-8575

Gerência de Prestação de Contas – (77) 3424-8568

Núcleo de Auditoria – (77) 3424-8524

Coord. de Eficiência de Programas e Projetos – (77) 3424-8578

**Gerência de Monitoramento da Execução de Programas e Projetos – (77)
3424-8578**